

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

Alego cancela licitação de SUVs que foi questionada

A Redação

Operação da Polícia Civil prende ex-presidente da Goinfra por corrupção

Ex-presidente da Goinfra tinha "pleno conhecimento" de esquema, diz delegado

Acontece Goiás

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação contra fraudes

Brasil 24 Horas

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação da Polícia Civil de Goiás por desvio de dinheiro público

Diário de Aparecida

Mais de 100 mandados cumpridos em operação contra fraudes da Goinfra

Diário do Estado GO

Operação contra corrupção prende empresários e ex-agentes em Goiás: prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Irregularida

Entrelinhas Goiás

Operação prende ex-presidente da Goinfra

Jornal Opção

Megaoperação mira ex-diretores, gestores e fiscais da Goinfra por fraudes em contrato de R$ 27 milhões

Governo demitiu investigados por irregularidades na Goinfra em abril de 2024

Ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, é preso em operação contra fraudes

O Popular

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 milhões

Política e Cotidiano

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação que apura fraudes em contratos de R$ 28 milhões

.....

São Paulo Jornal

Empresários, ex-presidente da Goinfra e quatro ex-agentes são presos em operação contra corrupção em contrato de R$ 27 milhões

.....

Seac Goiás

Alego cancela licitação de SUVs que foi questionada

.....

Blog Antônio Carlos

Operação da Polícia Civil prende ex-presidente da Goinfra por corrupção

.....

Conexão Jornalismo

Esquema de corrupção em contratos de R$ 28 milhões leva à prisão de ex

.....

Alego cancela licitação de SUVs que foi questionada

A Assembléia Legislativa de Goiás (Alego) decidiu, nesta segunda-feira (27), cancelara licitação para comprar 42 SUVs, após a primeira versão do edital ser alvo de questionamento por possível desrespeito ao princípio da livre concorrência e por suposto direcionamento ao veículo de uma montadora específica. A Casa pretende publicar um novo edital com o texto revisado, mas ainda não há data marcada.

O cancelamento do primeiro edital ocorre seis dias após a sua divulgação. No pedido de impugnação, uma empresa que revende veículos questiona trechos do edital em que a Alego exige ser a primeira proprietária dos carros, que devem ser zero quilômetro. O argumento da empresa é que, desta forma, o edital exige implicitamente que os veículos sejam adquiridos por meio de fabricantes/monta-doras, concessionária ou revendedor autorizado, deixando fora do processo de concorrência outras empresas que trabalham com revenda de veículos que ainda não foram usados.

A empresa também solicitou alteração em especificações, como uso exclusivo de diesel, capacidade mínima do tanque de combustível de 68 litros, cilindrada de 2.442 cm3 ou superior e comprimento de 4,7 metros ou superior. A justificativa foi que as exigências atuais poderíam direcionar a compra para modelo de SUV de uma montadora específica.

De acordo com o diretor de licitações da Assembléia, Rodrigo Gabriel Moisés, a decisão de cancelamento foi tomada para garantir a segurança jurídica do edital. O diretor explica que há divergência jurídica sobre a possibilidade de empresas que revendem diferentes marcas de veículos poderem participar de licitações como esta. Por isso, o tema será analisado.

No primeiro edital, a previsão era comprar os 42 veículos, com cinco revisões periódicas programadas e seguro por pelo menos 12 meses ao custo de RS 17,2 milhões. Conforme revelado pelo Giro, a estimativa era que cada veículo custaria RS 396,7 mil. Nos bastidores, a possibilidade da compra de SUVs era cogitada desde outubro do ano passado.

HISTÓRICO

Há um ano e oito meses, a Alego comprou 41 caminhonetes 4x4 para os gabinetes dos deputados. Cada veículo custou RS 227 mil. O contrato total foi de RS 9,3 milhões. Na época, a compra das caminhonetes substituiu contrato de RS 4,63 milhões, que havia sido assinado em outubro de 2019, com vencimento em agosto de 2023. O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), alegou que a troca promoveria economia à Alego.

Para justificar a compra das caminhonetes, a Casa apontou que há casos em que "a localidade remota a ser acessada

pelos servidores públicos e parlamentares inclui estradas sem pavimentação em áreas rurais com terrenos acidentados, cascalho e lama". O texto foi publicado em estudo técnico realizado para dar base à compra. Com a aquisição dos novos veículos, o objetivo da Alego é ceder as caminhonetes para serem usadas por municípios.

Peixoto continuou ampliando a frota própria da Alego ao longo de 2023. Em setembro daquele ano, uma nova licitação foi aberta para a compra de 60 sedãs, que custaram R$ 4,8 milhões. O POPULAR mostrou que, no mês seguinte, a Casa publicou aditivo para 15 novos sedãs, ao custo R$ 1,2 milhão, no limite legal de 25% de acréscimo ao contrato. Em dezembro do mesmo ano foi feito aditivo no contrato das caminhonetes, com mais seis veículos, totalizando R$1,3 milhão.

Além disso, em fevereiro de 2024, a Alego recebeu autorização da Justiça para utilizar um avião Baron 95-B55, apreendido em operação da Polícia Federal contra o tráfico de drogas. O POPULAR também revelou que o avião ficaria à disposição dos deputados, com prioridade para o presidente. A estimativa era de despesa de R$ 400 mil a RS 500 mil por ano, com seguro, manutenção e combustível, com voos de até 150 horas.

REAÇÃO

Em nota, a Alego argumentou que a compra das SUVs tem o objetivo de atender o legislativo, ficando à disposição dos gabinetes para viagens com as equipes de assessores, "que terão maior segurança e agilidade no desempenho das atividades no interior do Estado". A Assembléia reiterou que o edital será publicado novamente em nova data, para atender "solicitação de um dos participantes", "ampliar a concorrência" e "permitir a participação de mais empresas".

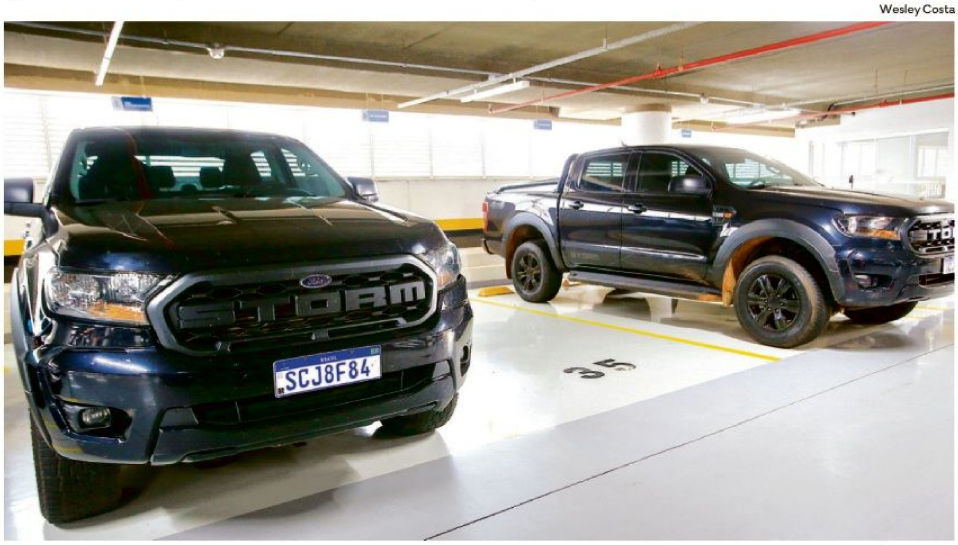
Quanto às caminhonetes adquiridas em 2023, a Alego informou que será formalizado um ajuste com municípios que comprovem "carência e necessidade", para permitir que esses veículos sejam usados em áreas essenciais, como saúde e educação. A Casa afirmou que aguarda pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) sobre o tema.

Alego cancela licitação de SUVs que foi questionada

NOVA FROTA Empresa apontou suposto desrespeito à livre concorrência e possibilidade de direcionamento; Legislativo comprou caminhonetes para deputados há menos de dois anos

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Wesley Costa



Caminhonetes 4x4 compradas pela Alego há um ano e oito meses: cada um dos 41 veículos para gabinetes dos deputados custou R$ 227 mil

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) decidiu, nesta segunda-feira (27), cancelar a licitação para comprar 42 SUVs, após a primeira versão do edital ser alvo de questionamento por possível desrespeito ao princípio da livre concorrência e por suposto direcionamento ao veículo de uma montadora específica. A Casa pretende publicar um novo edital com o texto revisado, mas ainda não há data marcada.

O cancelamento do primeiro edital ocorre seis dias após a sua divulgação. No pedido de impugnação, uma empresa que revende veículos questiona trechos do edital em que a Alego exige ser a primeira proprietária dos carros, que devem ser zero quilômetro. O argumento da empresa é que, desta forma, o edital exige implicitamente que os veículos sejam adquiridos por meio de fabricantes/montadoras, concessionária ou revendedor autorizado, deixando fora do processo de concorrência outras empresas que trabalham com revenda de veículos que ainda não foram usados.

A empresa também solicitou alteração em especificações, como uso exclusivo de diesel, capacidade mínima do tanque de combustível de 68 litros, cilindrada de 2.442 cm^3 ou superior e comprimento de 4,7 metros ou superior. A justificativa foi que as exigências atuais poderiam direcionar a compra para modelo de SUV de uma montadora específica.

De acordo com o diretor de licitações da Assembleia, Rodrigo Gabriel Moisés, a decisão de cancelamento foi tomada para garantir a segurança jurídica do edital. O diretor explica que há divergência jurídica sobre a possibilidade de empresas que revendem diferentes marcas de veículos poderem participar de licitações como esta. Por isso, o tema será analisado.

No primeiro edital, a previsão era comprar os 42 veículos, com cinco revisões periódicas programadas e seguro por pelo menos 12 meses ao custo de R$ 17,2 milhões. Conforme revelado pelo Giro, a estimativa era que cada veículo custaria R$ 396,7 mil. Nos bastidores, a possibilidade da compra de SUVs era cogitada desde outubro do ano passado.

> *"Os veículos ficarão à disposição dos gabinetes para viagens com suas equipes de assessores, que terão maior segurança e agilidade no desempenho das atividades no interior do Estado"*
>
> **Alego, em nota sobre a compra de SUVs**

HISTÓRICO

Há um ano e oito meses, a Alego comprou 41 caminhonetes 4x4 para os gabinetes dos deputados. Cada veículo custou R$ 227 mil. O contrato total foi de R$ 9,3 milhões. Na época, a compra das caminhonetes substituiu contrato de R$ 4,63 milhões, que havia sido assinado em outubro de 2019, com vencimento em agosto de 2023. O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), alegou que a troca promoveria economia à Alego.

Para justificar a compra das caminhonetes, a Casa apontou que há casos em que "a localidade remota a ser acessada pelos servidores públicos e parlamentares inclui estradas sem pavimentação em áreas rurais com terrenos acidentados, cascalho e lama". O texto foi publicado em estudo técnico realizado para dar base à compra. Com a aquisição dos novos veículos, o objetivo da Alego é ceder as caminhonetes para serem usadas por municípios.

Peixoto continuou ampliando a frota própria da Alego ao longo de 2023. Em setembro daquele ano, uma nova licitação foi aberta para a compra de 60 sedãs, que custaram R$ 4,8 milhões. O POPULAR mostrou que, no mês seguinte, a Casa publicou aditivo para 15 novos sedãs, ao custo R$ 1,2 milhão, no limite legal de 25% de acréscimo ao contrato. Em dezembro do mesmo ano foi feito aditivo no contrato das caminhonetes, com mais seis veículos, totalizando R$ 1,3 milhão.

Além disso, em fevereiro de 2024, a Alego recebeu autorização da Justiça para utilizar um avião Baron 95-B55, apreendido em operação da Polícia Federal contra o tráfico de drogas. O POPULAR também revelou que o avião ficaria à disposição dos deputados, com prioridade para o presidente. A estimativa era de despesa de R$ 400 mil a R$ 500 mil por ano, com seguro, manutenção e combustível, com voos de até 150 horas.

REAÇÃO

Em nota, a Alego argumentou que a compra das SUVs tem o objetivo de atender o Legislativo, ficando à disposição dos gabinetes para viagens com as equipes de assessores, "que terão maior segurança e agilidade no desempenho das atividades no interior do Estado". A Assembleia reiterou que o edital será publicado novamente em nova data, para atender "solicitação de um dos participantes", "ampliar a concorrência" e "permitir a participação de mais empresas".

Quanto às caminhonetes adquiridas em 2023, a Alego informou que será formalizado um ajuste com municípios que comprovem "carência e necessidade", para permitir que esses veículos sejam usados em áreas essenciais, como saúde e educação. A Casa afirmou que aguarda pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) sobre o tema.

Histórico da frota

Evolução dos carros à disposição de deputados estaduais de Goiás nos últimos cinco anos

Cruze e Onix da Chevrolet
Alugados por meio de contrato de **R$ 4,63 milhões**, assinado em outubro de 2019 e, na época, com previsão de vencimento em agosto de 2023

Caminhonetes 4x4 da Ford
Em maio de 2023, foram adquiridas 41 caminhonetes para os gabinetes dos deputados, por **R$ 227 mil cada** (total de R$ 9,3 milhões)

Avião Baron 95-B55
Em fevereiro de 2024, a Alego recebeu autorização da Justiça para usar a aeronave, apreendida em operação da Polícia Federal contra tráfico de drogas

SUV
A Assembleia pretende realizar neste ano licitação para comprar 42 SUVs para uso dos parlamentares. A primeira versão do edital estimou gasto de **R$ 17,2 milhões**

Operação da Polícia Civil prende ex-presidente da Goinfra por corrupção

Para adicionar atalho: no Google Chrome, toque no ícone de três pontos, no canto superior direito da tela, e clique em "Adicionar à tela inicial". Finalize clicando em adicionar.

Lucas Vissotto (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado) A Redação   Goiânia ? Policiais da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) prenderam nesta terça-feira (28/1) o ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) Lucas Vissotto no bojo da operação "Obra Simulada". Ela é resultado do inquérito que apura diversos crimes que teriam sido praticados na formalização e execução de um contrato administrativo celebrado entre a Goinfra e uma empresa privada sediada no Distrito Federal, nos anos de 2023 e 2024.   A Deccor cumpre ao todo 114 mandados judiciais sendo eles 32 de afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático; 26 mandados de bloqueios de bens e valores; sete mandados de proibição de frequência a determinados lugares; 10 mandados de proibição de contratar com o poder público (de empresas envolvidas); 24 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão temporária em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal.   O contrato envolvia a reforma de 26 prédios públicos do Governo de Goiás, com valor de R$ 28 milhões. As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Os policiais perceberam que a empresa contratada teria obtido diversos pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços fossem suficientemente realizados para justificar os pagamentos, além de terem fortes indícios de superfaturamento nas intervenções.   Segundo a polícia, os prejuízos iniciais ao erário público são superiores a R$ 10 milhões, sem contar o dispêndio que o Estado ainda terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas, mas não reerguidas pela empresa contratada.   A polícia também teria encontrado evidências de lavagem de dinheiro devido ao fato que os valores pagos antecipadamente teriam sido transferidos para outras empresas no DF ligadas a familiares e amigos do sócio da empresa contratada, além de saques em dinheiro realizados logo após as transferências.   Lucas Vissotto foi exonerado em abril de 2024 após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) detectar irregularidades que apontavam para um suposto superfaturamento de R$ 62 milhões em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes.   O jornal A Redação não localizou a defesa de Vissotto. A reportagem entrou em contato com o Governo de Goiás e a Goinfra e aguarda retorno.   Leia mais Operação cumpre 12 mandados de busca contra o tráfico de drogas em Abadia Comentários

Ex-presidente da Goinfra tinha "pleno conhecimento" de esquema, diz delegado

Goiânia ? Policiais da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deverão continuar as investigações para apurar outros contratos irregulares e contratações fraudulentas na Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) durante a gestão do ex-presidente da agência, Lucas Vissotto, preso nesta terça-feira (28/1) no bojo da operação "Obra Simulada". Durante coletiva de imprensa realizada no auditório da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), o coordenador da operação, Danilo Victor e o delegado titular da Deccor, Francisco Lipari, informaram que a operação de hoje envolve apenas um contrato irregular e que as investigações, iniciadas em abril do ano passado, apuram outros possíveis crimes cometidos. Segundo o delegado Danilo Victor, Vissotto teria "pleno conhecimento do que estava acontecendo". Além disso, os policias notaram que havia um comportamento peculiar dentro da parte administrativa da diretoria investigada, que avocava procedimentos solicitadores e de contratos que estavam sendo executados em outras diretorias. "O que é estranho, porque vai contra o regulamento da própria estatal", completou, indicando que o objetivo era beneficiar os investigados. Com as prisões, os investigados deverão ser ouvidos pela primeira vez nos próximos dias e o delegado espera que esses depoimentos levem a esclarecimentos e a outros envolvidos. Lucas Vissotto e outros sete servidores da Goinfra foram exonerados em abril de 2024 após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) detectar irregularidades que apontavam para um suposto superfaturamento de R$ 62 milhões em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes em um contrato de cerca de R$ 200 milhões. Segundo o delegado, a operação dessa terá é resultado das investigações iniciadas em abril do ano passado e que vão continuar. "Nós vamos passar para a fase seguinte, que é realmente destrinchar toda a estrutura do grupo criminoso", disse Danilo Victor. "Com o resultado investigativo agora, nós talvez venhamos a descobrir outras irregularidades em outras contratações, porque nós verificamos um esquema provável dentro de uma diretoria da agência", completou. Até o momento, oito pessoas foram presas e a polícia espera que as outras sete com mandados de prisão temporária em aberto se apresentem às autoridades nas próximas horas. Além de Vissotto, foram presos outros cinco ex-servidores da Goinfra. Até agora, quatro pessoas foram presas em Goiânia, uma em Anápolis e as demais no Distrito Federal. A operaçãoA ação policial desta terça mira um único contrato firmado com uma empresa do Distrito Federal, inicialmente apenas de manutenção preventiva, de cerca de R$ 5 milhões, e que, a longo do tempo e mediante aditivos, chegou ao montante de R$ 27 milhões e com obras de engenharia. Segundo a polícia, isso demonstra descaracterização do contrato e o processo licitatório deveria ser refeito com ampla concorrência, o que não ocorreu. O contrato envolve 26 prédios públicos: 14 postos da Polícia Rodoviária Militar de Goiás; nove aeródromos em diversos municípios; duas obras dentro do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e uma obra dentro da sede da Goinfra. Segundo o coordenador, as obras foram feitas de forma insuficiente: "às vezes a obra nem era iniciada e nós tínhamos a expedição da ordem de serviço para que essa obra fosse realizada e dez dias depois nós já tínhamos uma expedição de nota fiscal para pagamento". Alguns prédios, principalmente postos da polícia rodoviária, foram demolidos apenas para justificar pagamentos. Danilo Victor apontou que o esquema não tinha um líder aparente e que envolvia agentes públicos e empresários. "Dentro do órgão público nós

tínhamos pessoas que faziam o negócio acontecer. Era um negócio orgânico, tá? Dentro de uma diretoria da Goinfra, que é a Diretoria de Gestão Integrada. Nós tivemos o núcleo empresarial também, que foram outras pessoas que também agiam em conluio", explicou. "A empresa contratada recebia o dinheiro da Goinfra por pagamentos antecipados indevidos e logo depois, esse pagamento, esse dinheiro, ele era pulverizado para várias pessoas jurídicas e empresas localizadas lá no Distrito Federal. E depois a gente via que retornava esse dinheiro para o sócio oculto da empresa", detalha Danilo. Empresa envolvida já era investigadaA investigação apurou que a mesma empresa do DF já teve problemas no Tocantins em que o Tribunal de Contas também suspendeu uma contratação: "Ela foi penalizada naquele Estado porque evidenciou-se também fraude e superfaturamento [no contrato]", contou Danilo Victor. O mesmo foi apurado no próprio Distrito Federal, em que a mesma empresa possui diversas ações judiciais. Além disso, a ata adotada na licitação é do Exército e havia nele um parecer da Advocacia Geral da União, proibindo que órgãos externos pudessem aderir àquela ata de registro de preços. "Uma questão que deverá ser apurada pelas instâncias federais respectivas será aí como que a Goinfra conseguiu aderir a essa ata de registro de preços, ainda assim, se havia uma proibição", pontuou o delegado Danilo Victor.

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação contra fraudes

O ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), Lucas Vissoto, foi preso na manhã desta terça-feira (28/1) durante uma megaoperação da Polícia Civil de Goiás (PCGO). A investigação faz parte da operação "Obra Simulada", e apura irregularidades em contratos de reforma e manutenção de 26 prédios públicos no estado.

A operação é resultado do inquérito que apura diversos crimes que teriam sido praticados na formalização e execução de um contrato administrativo celebrado entre a Goinfra e uma empresa privada sediada no Distrito Federal, nos anos de 2023 e 2024.

A Deccor cumpre ao todo 114 mandados judiciais, até agora, oito pessoas foram presas. Veja os mandados cumpridos: ? 32 mandados de afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático; ? 26 mandados de bloqueio de bens e valores; ? 7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, incluindo a sede da Goinfra; ? 10 mandados de proibição de contratar com o poder público, direcionados às empresas envolvidas; ? 24 mandados de busca e apreensão; ? 15 mandados de prisão temporária ? desses, apenas 8 foram cumpridos até as 12h45 desta terça-feira (28).

O contrato envolvia a reforma de 26 prédios públicos do Governo de Goiás, com valor de R$ 28 milhões. As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra.

Os policiais perceberam que a empresa contratada teria obtido diversos pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços fossem suficientemente realizados para justificar os pagamentos, além de terem fortes indícios de superfaturamento nas intervenções.

Segundo a polícia, os prejuízos iniciais ao erário público são superiores a R$ 10 milhões, sem contar o dispêndio que o Estado ainda terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas, mas não reerguidas pela empresa contratada.

A polícia também teria encontrado evidências de lavagem de dinheiro devido ao fato que os valores pagos antecipadamente teriam sido transferidos para outras empresas no DF ligadas a familiares e amigos do sócio da empresa contratada, além de saques em dinheiro realizados logo após as transferências.

Lucas Vissotto foi exonerado em abril de 2024 após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) detectar irregularidades

que apontavam para um suposto superfaturamento de R$ 62 milhões em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes.

O Governo de Goiás e a Goinfra, que destacou por meio de nota que as suspeitas foram detectadas pelo próprio governo e que a gestão estadual adota "tolerância zero" à corrupção. Confira o texto na íntegra abaixo:

NOTA À IMPRENSA

Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28/1), o Governo de Goiás esclarece: Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias. A gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer eventual desvio de conduta no trato do dinheiro público. O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor. Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) ? Governo de Goiás

Fonte: Redação/Secretaria de Comunicação Goinfra/Comentarista Político Weder Salgado Foto:

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação da Polícia Civil de Goiás por desvio de dinheiro público

A Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) deflagrou, nesta terça-feira (28/01), a operação "Obra Simulada", cumprindo um mandado de prisão contra o ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), Lucas Vissotto. A operação é resultado de um inquérito que investiga uma série de crimes envolvendo a formalização e execução de um contrato administrativo entre a Goinfra e uma empresa privada do Distrito Federal, nos anos de 2023 e 2024.

Até o momento, oito pessoas foram presas. A Deccor cumpre, ao todo, 114 mandados judiciais, sendo 32 para o afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, 26 de bloqueio de bens e valores, 7 de proibição de frequência a determinados locais, 10 de proibição de contratar com o poder público (no caso de empresas envolvidas), 24 de busca e apreensão, e 15 de prisão temporária em Goiânia, Anápolis e Distrito Federal.

O contrato investigado tratava da reforma de 26 prédios públicos do Governo de Goiás, no valor de R$ 28 milhões. As irregularidades foram descobertas por meio de relatórios técnicos e inspeções feitas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Durante as investigações, foi constatado que a empresa contratada havia recebido pagamentos irregulares e antecipados, mesmo sem a execução dos serviços ou a conclusão das obras que justificassem tais valores. Além disso, os policiais identificaram indícios de superfaturamento nos valores cobrados pela reforma.

De acordo com as autoridades, os prejuízos iniciais ao erário público já ultrapassam R$ 10 milhões, sem contar o valor adicional que o Estado precisará investir para reconstruir as estruturas que foram parcialmente demolidas pela empresa, mas não reerguidas conforme o previsto no contrato.

Além disso, a polícia encontrou indícios de lavagem de dinheiro no caso. Isso porque os valores pagos antecipadamente pela Goinfra foram transferidos para outras empresas no Distrito Federal, que têm ligações com familiares e amigos do sócio da empresa contratada. Após as transferências, os valores foram sacados em dinheiro, o que levanta suspeitas de que esses recursos tenham sido movimentados de forma a ocultar sua origem ilícita.

Lucas Vissotto, ex-presidente da Goinfra, foi exonerado de seu cargo em abril de 2024, após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) apontar irregularidades em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes, com indícios de superfaturamento de R$ 62 milhões. As investigações continuam e, com base nos elementos coletados, a operação "Obra Simulada" busca identificar e responsabilizar todos os envolvidos nos crimes de corrupção, fraude e

lavagem de dinheiro. A Polícia Civil de Goiás e os órgãos de controle estão trabalhando para aprofundar a apuração dos fatos e garantir que os responsáveis sejam punidos de acordo com a lei.

O Governo de Goiás, por meio Goinfra, emitiu nota sobre a operação policial. Confira:

NOTA DO GOVERNO DE GOIÁS

Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28/1), o Governo de Goiás esclarece que:

? Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

? A gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer eventual desvio de conduta no trato do dinheiro público.

? O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) ? Governo de Goiás

Mais de 100 mandados cumpridos em operação contra fraudes da Goinfra

A Polícia Civil deflagrou na última segunda-feira (27) a operação "Obra Simulada", com o objetivo de apurar fraudes em um contrato entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) e uma empresa privada do Distrito Federal. As investigações revelaram irregularidades em negociações de serviços de reforma e manutenção de prédios públicos, totalizando quase R$ 28 milhões em contratos assinados entre 2023 e 2024.

Durante a apuração, foi identificado que a empresa contratada recebeu pagamentos antecipados, muitas vezes sem a execução das obras, e que o valor pago estava acima do devido. Relatórios técnicos da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) e da Controladoria Geral do Estado (CGE) apontaram superfaturamento e indícios de lavagem de dinheiro, envolvendo transferências de valores para terceiros ligados a um "sócio oculto" da empresa.

Além disso, a operação revelou a presença de diversas irregularidades no processo de licitação e contratação, incluindo suspeitas de manipulação para favorecer a empresa investigada. A estimativa do prejuízo aos cofres públicos pode ultrapassar os R$ 10 milhões, considerando tanto os pagamentos indevidos quanto os custos necessários para reconstruir as estruturas danificadas.

No total, foram cumpridos 114 mandados judiciais, incluindo 24 de busca e apreensão, 15 de prisão temporária e 32 de afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático. A operação é conduzida pela Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR), com atuação em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal.

Ex-presidente da Goinfra preso

Em meio à operação, o ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, foi preso. Ele havia sido exonerado em abril de 2024, após a suspensão de uma licitação e o cancelamento de um contrato devido a suspeitas de sobrepreço e irregularidades. O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) já havia apontado sobrepreço de R$ 62,5 milhões em um contrato de compra de aduelas para o programa de implantação de pontes em Goiás.

Leia a nossa edição impressa. Para receber as notícias do Diário de Aparecida em primeira mão entre em um dos nossos grupos de WhatsApp

Operação contra corrupção prende empresários e ex-agentes em Goiás: prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Irregularidades detectadas pelo próprio Governo.

Empresários, ex-presidente da DE e quatro ex-agentes são presos em operação

contra corrupção em contrato de R$ 27 milhões

De acordo com a Polícia Civil, estima-se que os pagamentos indevidos tenham

causado um prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Irregularidades

foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, segundo a PC.

1 de 1 Ex-presidente da DE, Lucas Vissotto -- Foto: Denise Xavier/Alego

Ex-presidente da DE, Lucas Vissotto -- Foto: Denise Xavier/Alego

A operação que investigou irregularidades em um contrato de R$ 27,8 milhões da

Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (DE) para reformas de prédios

públicos em Goiás prendeu oito pessoas nesta terça-feira (28). Estão entre os

presos quatro ex-agentes e o ex-presidente da DE, Lucas Vissotto, além de três empresários, segundo informações do delegado Danilo de Souza.

De acordo com a Polícia Civil, estima-se que os pagamentos indevidos tenham

causado um prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Em nota, o Governo

de Goiás reforçou que as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo

próprio Governo de Goiás, conforme divulgado pela Polícia Civil. A atual gestão

afirmou que não "passa pano" para ninguém e não há possibilidade de segunda

chance - leia nota na íntegra ao final do texto.

CUMPRIMENTO DE MANDADOS

A operação cumpre mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal. Conforme a Polícia Civil, o contrato previa serviços de reforma e manutenção em 26 prédios públicos, como postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual e instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Durante a execução, o acordo foi modificado para obras de construção predial, conforme a Polícia Civil. A investigação aponta também que houve pagamentos antecipados indevidos, superfaturamento e demolições injustificadas para justificar notas fiscais fraudulentas.

Ao todo, a operação cumpriu mais de 100 mandados, em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal. Entre os investigados estão ex-membros da diretoria da DE, gestores e fiscais do contrato, além de empresários. Veja os mandados:

- 32 mandados de afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático;

- 26 mandados de bloqueio de bens e valores;

- 7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, incluindo a sede da DE;

- 10 mandados de proibição de contratar com o poder público, direcionados às empresas envolvidas;

- 24 mandados de busca e apreensão;

- 15 mandados de prisão temporária - desses, apenas 8 foram cumpridos até as

12h45 desta terça-feira (28).

INVESTIGAÇÃO

As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Os suspeitos podem responder por crimes como associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes.

Conforme a Polícia Civil, a DE também tinha planejado um contrato no valor de R$ 271,8 milhões, que seria gerido pelos mesmos investigados envolvidos no caso atual. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou irregularidades e bloqueou o contrato em abril de 2024.

Neste contrato, a análise técnica realizada pelo TCE revelou a existência de um sobrepreço de R$ 62,5 milhões, ou seja, o valor contratado estava inflado sem justificativa adequada. Esse contrato agora também está sendo investigado como parte das apurações em andamento.

A investigação aponta a suspeita de que ocorria um esquema planejado dentro da DE para transferir processos de contratação de uma diretoria para outra, de forma intencional e irregular, violando leis ou regulamentos.

O objetivo dessa manobra, conforme a Polícia Civil, seria favorecer determinadas empresas contratadas e os agentes públicos envolvidos. Essa prática pode ter permitido contratos ou pagamentos indevidos, beneficiando diretamente os

suspeitos.

A investigação também apontou fortes indícios de lavagem de dinheiro. O dinheiro obtido por meio de pagamentos irregulares à empresa contratada estava sendo desviado para outras empresas no Distrito Federal, todas com vínculos com familiares e amigos do "sócio oculto" da contratada.

Conforme a Polícia Civil, a empresa contratada também já havia sido investigada em Tocantins, onde foi identificada fraude em contratos, como superfaturamento e inexecução de obras. Além disso, a empresa enfrenta processos no Distrito Federal relacionados a problemas comerciais e à "Desconsideração da Personalidade Jurídica", o que reforça sua inidoneidade para contratar com o poder público.

NOTA DO GOVERNO DE GOIÁS SOBRE A OPERAÇÃO:

"Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28), o Governo de Goiás esclarece que:

Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

A atual gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro público. A gestão não 'passa pano' para ninguém e não há possibilidade de segunda chance.

O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as

investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez

comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor."

The post Operação contra corrupção prende empresários e ex-agentes em Goiás: prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Irregularidades detectadas pelo próprio Governo. appeared first on DIÁRIO DO ESTADO | Confira as principais notícias de Goiás, do Brasil e do mundo.

Operação prende ex-presidente da Goinfra

Uma operação da Polícia Civil de Goiás prendeu nesta terça-feira (28/1) o ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Lucas Vissotto. A investigação apura suspeitas de irregularidades em um contrato de R$ 27 milhões para reforma de prédios públicos em Goiás.

Estima-se que os pagamentos indevidos tenham causado um prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. A operação cumpre mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal.

Ao todo, a operação cumpre 114 mandados. Entre os investigados estão ex-diretores da Goinfra, gestores e fiscais do contrato, além de empresários.

Conforme a Polícia Civil, o contrato previa serviços de reforma e manutenção em 26 prédios públicos, como postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual e instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Durante a execução, o acordo foi modificado para obras de construção predial.

A investigação aponta também que houve pagamentos antecipados indevidos, superfaturamento e demolições injustificadas para justificar notas fiscais fraudulentas.

Inspeções

As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra.

Os suspeitos podem responder por crimes como associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes.

A Polícia Civil informou que a Goinfra tinha planejado um contrato no valor de R$ 271,8 milhões, que seria gerido pelos mesmos investigados envolvidos no caso atual. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou irregularidades e bloqueou o contrato em abril de 2024.

Neste contrato, a análise técnica realizada pelo TCE revelou a existência de um sobrepreço de R$ 62,5 milhões. Esse contrato agora também está sendo investigado como parte das apurações em andamento.

A investigação aponta a suspeita de que ocorria um esquema planejado dentro da Goinfra para transferir processos de contratação de uma diretoria para outra, de forma intencional e irregular, violando leis ou regulamentos. O objetivo dessa manobra, conforme a Polícia Civil, seria favorecer determinadas empresas contratadas e os agentes públicos envolvidos.

Essa prática pode ter permitido contratos ou pagamentos indevidos, beneficiando diretamente os suspeitos. A investigação também apontou fortes indícios de lavagem de dinheiro.

O dinheiro obtido por meio de pagamentos irregulares à empresa contratada estava sendo desviado para outras empresas no Distrito Federal, todas com vínculos com familiares e amigos do "sócio oculto" da contratada.

Conforme a Polícia Civil, a empresa contratada também já havia sido investigada em Tocantins, onde foi identificada fraude em contratos, como superfaturamento e inexecução de obras. Além disso, a empresa enfrenta processos no Distrito Federal relacionados a problemas comerciais e à "Desconsideração da Personalidade Jurídica", o que reforça sua inidoneidade para contratar com o poder público.

Megaoperação mira ex-diretores, gestores e fiscais da Goinfra por fraudes em contrato de R$ 27 milhões

Policiais civis foram às ruas nas primeiras horas desta terça-feira, 28, para cumprir 114 ordens judiciais em megaoperação contra fraudes em contrato firmado entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (GOINFRA) e uma empresa do Distrito Federal. Entre os alvos estão empresários, ex-membros da Diretoria de Gestão Integrada da Goinfra, gestores e fiscais do contrato. O prejuízo estimado já supera R$ 10,4 milhões, segundo a Polícia Civil de Goiás (PCGO).

LEIA TAMBÉM

Prefeitura de Goiânia é alvo de operação e sete contratos são suspensos por organização criminosa e corrupção

Goiânia, Aparecida e Abadia de Goiás são alvo de operação por fraudes em contratos

Ao todo, são cumpridos 32 mandados de afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, 26 mandados de bloqueios de bens e valores, sete mandados de proibição de frequência a sede da Goinfra, 10 mandados de proibição de contratar com o poder público (de empresas envolvidas), 24 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão temporária em Goiânia, Anápolis e Distrito Federal.

A Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor), responsável pela operação, apura crimes praticados na formalização e execução do contrato administrativo, nos anos de 2023 e 2024, o qual teve por objeto a contratação de serviços de reforma e manutenção em 26 prédios públicos no Estado de Goiás.

Dentre eles, estão aeródromos, postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual, instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira e instalações na sede da própria Goinfra. O valor do acordo chega a R$ 27,8 milhões.

Conforme a PC, a empresa contratada obteve pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços fossem suficientemente realizados para justificar os pagamentos, além de apresentar fortes indícios de superfaturamento nas intervenções. O contrato também foi desnaturado e descaracterizado.

Isso porque, apesar de inicialmente ter sido firmado para a realização de simples serviços de reforma e manutenção predial (corretiva e preventiva), acabou se transmudando em contrato de obras e serviços de engenharia (construção predial) ? justificando a elevação dos preços da avença por aditivos realizados posteriormente.

O fato, de acordo com a PC, burla à lei de licitações e contratos administrativos, já que o instrumento contratual se originou de adesão, pela Goinfra, a uma Ata de Registro de Preços celebrada pelo Exército Brasileiro, considerando que no procedimento originário do Exército, havia uma manifestação clara e direta da Advocacia Geral da União pela impossibilidade de adesão de órgão externo e não participante do certame.

Ainda de acordo com a corporação, durante a execução contratual, houve casos de demolições totais de estruturas localizadas em postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual, apenas para justificar a emissão de notas fiscais e ensejar pagamentos indevidos à contratada. Houve fraudes em procedimentos de medições e em "atestes" das notas ideologicamente falsas emitidas pela empresa, mediante a participação de ex-membros da Diretoria de Gestão Integrada da Goinfra, gestores e fiscais do contrato.

O prejuízo inicial ao erário público é estimado em R$ 10.468.471,87, estando excluído deste valor o dispêndio que o Estado ainda terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas, mas não reerguidas pela empresa contratada.

Contrato de R$ 271 milhõesOutra pretensão contratual da Goinfra no valor de R$ 271,8 milhões, gerida pelos mesmos investigados que integravam a diretoria da estatal também está sendo alvo de investigação. O acordo, porém, foi sustado pelo Tribunal de Contas do Estado em abril de 2024, já que a análise técnica do órgão evidenciou um sobrepreço de R$ 62,5 milhões.

A corporação trabalha com a hipótese de que havia um provável esquema de avocação premeditada de procedimentos de contratação dentro da Goinfra (de uma diretoria para outra), contra disposição legal ou regulamentar, com a finalidade de beneficiar empresas contratadas e os agentes públicos ora investigados.

A PC identificou também fortes evidências de lavagem de dinheiro, pois o fluxo financeiro convergia para outras empresas sediadas no Distrito Federal. Todas essas empresas são ligadas a familiares e amigos do "sócio oculto" da contratada pela estatal. Saques realizados diretamente na "boca do caixa", logo depois dos pagamentos irregulares feitos pela Goinfra, também foram identificados.

Operação no Tocantins A empresa investigada, de acordo com a PC, já tinha sido alvo de apuração no Tocantins, onde o Tribunal de Contas daquele estado evidenciou dano ao erário público decorrente de superfaturamento, sobrepreço e inexecução contratual de obras públicas.

Para a corporação, o fato tornou evidente a inidoneidade da pessoa jurídica para contratar com o Poder Público. A mesma empresa também é alvo, no Distrito Federal, de processos judiciais, inclusive envolvendo a "Desconsideração da Personalidade Jurídica", relacionados a problemas durante o exercício de suas atividades comerciais, assim como o seu "sócio oculto".

Em Goiás, as irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Os investigados responderão na justiça pelos crimes de associação criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, corrupção ativa, peculato e fraudes em licitações e contratos administrativos.

O Jornal Opção entrou em contato com a Goinfra para que se posicionasse e aguarda retorno. Como o nome dos investigados não foi divulgado, a reportagem não conseguiu localizar as defesas deles.

Governo demitiu investigados por irregularidades na Goinfra em abril de 2024

O governador Ronaldo Caiado (UB) demitiu os investigados na Operação Obra Simulada ainda em abril de 2024. A demissão ocorreu após o surgimento de suspeitas de irregularidades em contratos da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra). A princípio, seis auxiliares do primeiro e segundo escalões da pasta foram exonerados. Dias depois, Lucas Vissoto foi demitido do comando da pasta.

A demissão dos servidores foi determinada por Caiado após relatórios técnicos e inspeções da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra) identificarem irregularidades em um contrato firmado entre a Goinfra e uma empresa do Distrito Federal, contratada para reformar prédios públicos. As investigações apontam que o desvio seria de mais de R$ 10 milhões.

Em 8 de abril de 2024, foram demitidos os então servidores da Goinfra: Adriano Mendes Ribeiro, diretor de manutenção da pasta; Thayana Torres Avelar Nassar da Veiga, líder de área; Thiago Carim Bucker, diretor de gestão integrada; Gabriel Tertuliano, gerente de aeródromos; e Vítor Angrisani Berquió Ramalhão, gerente de apoio administrativo e logístico. Já no dia 19 de abril, nove meses antes da deflagração da Operação Obra Simulada, Lucas Vissotto deixou a presidência da autarquia. Todos foram presos nesta terça-feira e, segundo a Polícia Civil, teriam envolvimento com as irregularidades.

Outra ex-servidora da pasta, Polyana Rosseti Oliveira Rosa, então chefe de gabinete, também foi demitida e é investigada no âmbito da operação.

Operação

A Polícia Civil de Goiás divulgou, nesta terça-feira, 28, detalhes sobre a operação "Obra Simulada". As investigações estão analisando um contrato de mais de R$ 27 milhões entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) e uma empresa do Distrito Federal. A ação foi deflagrada na segunda-feira e resultou em 114 mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal, incluindo a prisão do ex-presidente Lucas Vissoto.

Segundo as investigações, o contrato envolvendo a Goinfra estava previsto para a construção de 14 postos da Polícia Militar Rodoviária Estadual, nove aeródromos, dois pontos dentro do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e um dentro da própria Goinfra. No entanto, além das suspeitos de desvio de dinheiro, a agência não poderia realizar as obras.

"O contrato teve início por meio de uma adesão da Goinfra a uma ata de registro de preços do Exército, e nesse procedimento havia um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) que proibia órgãos externos de aderirem àquela

ata de registro de preços", conta Danilo Victor, titular da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (DECCOR). "Essa questão será apurada pelas instâncias federais competentes, para verificar como a Goinfra aderiu a essa ata de registro de preços, mesmo com a proibição da própria AGU", acrescenta.

Danilo acrescenta que os pagamentos adiantados eram realizados, mas as obras sequer haviam iniciado e alguns locais chegaram a ser demolidos. "Em várias situações, essa empresa realizava a demolição, inclusive de postos da Polícia Militar Rodoviária, apenas para justificar a emissão de nota fiscal. Isso com a participação de agentes públicos dentro da empresa", explica.

O titular da DECCOR acrescentou que contrato investigado inicialmente era de R$ 5 milhões para "manutenção preventiva e corretiva". No entanto, com o acréscimo de aditivos, o montante passou para R$ 22 milhões e depois para R$ 27 milhões. Fora que o contrato mudou a sua natureza para "obras e serviços de engenharia", o que é irregular.

Conforme o delegado, o funcionamento do esquema ainda está em investigação, mas os agentes já conseguiram localizar a entrada e a saída do dinheiro. Ele explica que a empresa investigada recebia os valores da Goinfra e depois "pulverizava" os montantes, seja por meio de pessoas jurídicas ou empresas do Distrito Federal.

Prejuízo público

De acordo com as investigações, cerca de R$ 10 milhões foram apreendidos durante a operação deflagrada na segunda-feira. No entanto, os investigadores acreditam que o valor pode ser ainda maior. Por isso, a prioridade é recuperar o máximo de dinheiro para reduzir os danos aos cofres públicos.

O delegado ainda ressaltou que o prejuízo também deve abarcar a reconstrução do locais demolidos e que não receberam novas construções.

Próximos passos

Danilo também adiantou que além das atuais investigações, a Polícia Civil analisará outros contratos da Goinfra, incluindo um de R$ 270 milhões, sustado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). O delegado destaca que o Tribunal evidenciou um sobrepreço de R$ 62 milhões. "Essa contratação está suspensa, não foi para frente e será alvo também de investigação, obviamente, com a mesma diretoria envolvida", pontua.

A investigação também descobriu que a empresa envolvida no contrato com a Goinfra também teve irregularidades no Tocantins.

Mandados cumpridos em Goiás e no Distrito Federal:

114 ao todo;

15 mandados de prisão temporária (incluindo ex-servidores da Goinfra);

24 mandados de busca e apreensão;

32 mandados de afastamento de sigilos bancário e fiscal;

26 mandados de bloqueio de bens e valores;

7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, proibindo o acesso as instalações da Goinfra;

10 mandados de proibição de contratar com o poder público para empresas envolvidas.

Alvos de Mandado de prisão

Além Vissoto, os alvos da Goinfra são Adriano Mendes Ribeiro, Gabriel Tertuliano, Thayana Torres Avelar Nasser da Veiga, Thiago Carim Bucker e Vitor Angrisani Berquó Ramalhão.

Também são alvos de prisão temporária: Cintia Marta Ataides Vieira, Francisco Roni da Rosa, Francisco Roni da Rosa Junior, José Francisco Alves Pereira, Luiz Romildo de Mello, Marcus Emmanoel Chaves Vieira, Marcus Emmanoel Chaves Vieira Junior, Rosana Crisóstomo Ribeiro e Weslley Crisóstomo Nogueira da Silva.

Ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, é preso em operação contra fraudes

Entre os oito presos na megaoperação da Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira, 28, contra fraudes em contrato firmado entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e uma empresa do Distrito Federal está o ex-presidente da estatal, Lucas Vissotto. Ele comandou a agência entre 2022 e 2024. A PC apura o suposto desvio de mais de R$ 10 milhões em um contrato de manutenção de 26 prédios públicos do estado entre 2023 e 2024.

LEIA TAMBÉM

Lucas Vissotto é exonerado da Goinfra após TCE-GO apontar irregularidades. General assume o cargo.

Megaoperação mira ex-diretores, gestores e fiscais da Goinfra por fraudes em contrato de R$ 27 milhões

Dentre os prédios que seriam beneficiados com os serviços, estão aeródromos, postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual, instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira e instalações na sede da própria Goinfra. O valor do acordo chega a R$ 27,8 milhões.

Conforme a PC, a empresa contratada obteve pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços fossem suficientemente realizados para justificar os pagamentos, além de apresentar fortes indícios de superfaturamento nas intervenções. O contrato também foi desnaturado e descaracterizado.

Ao todo, são cumpridos 32 mandados de afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, 26 mandados de bloqueios de bens e valores, sete mandados de proibição de frequência a sede da Goinfra, 10 mandados de proibição de contratar com o poder público (de empresas envolvidas), 24 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão temporária em Goiânia, Anápolis e Distrito Federal.

Em nota, a Goinfra informou que o Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor (veja nota completa ao final). A reportagem não conseguiu localizar a defesa de Lucas para que se posicionasse.

Exonerado em 2024Lucas deixou a Goinfra depois de ser exonerado em abril de 2024. A mudança na presidência ocorreu depois de o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) apontar suspeitas de sobrepreço de R$ 62,5 milhões em uma licitação para a compra de aduelas "estruturas pré-fabricadas de concreto armado" do programa Goiás em

Movimento Eixo Pontes.

Veja nota completa da Goinfra

"Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28/1), o Governo de Goiás esclarece que:

? Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

? A gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer eventual desvio de conduta no trato do dinheiro público.

? O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor".

Operação apura desvios de pelo menos R$ 10,4 milhões

Serviços de manutenção e obras em prédios públicos, incluindo a própria sede da Agéncia Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), estruturas militares, e os Palácios das Esmeraldas e Pedro Ludovico Teixeira, estão no foco das investigações da Operação Obra Simulada , deflagrada nesta terçafeira (28) pela Policia Civil de Goias, com suspeitas de desvios de pelo menos R$ 10,4 milhões em contrato assinado pela Goinfra em 2023. O ex-presidente Lucas Vissotto e cinco ex-servidores do orgao foram alvos de prisao temporaria , além dos donos da empresa Prime Construgoes, de Brasilia (DF), e pessoas ligadas a eles, em total de 15 mandados.

Outras medidas cautelares, como quebras de sigilo fiscal, bancario e telefonico, e busca e apreensao, foram cumpridas contra um total de 32 investigados, incluindo 10 empresas que teriam ligacao com a Prime. A policia, por meio da Delegacia Estadual de Combate a Corrupgao (Deccor), apura suspeitas de peculato (desvio praticado por servidor piblico), corrupgao passiva e ativa, fraude em contrato administrativo , associagao criminosa e lavagem de dinheiro. Dos 15 mandados de prisao, 8 foram cumpridos (veja quadro).

As investigacoes na Goinfra foram reveladas pelo POPULAR em abril do ano passado, quando seis servidores da agéncia foram exonerados pelo governador Ronaldo Caiado (UB) a partir de apuragoes da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Secretaria de Infraestrutura, a qual a Goinfra é jurisdicionada. Na ocasiao, o contrato foi rescindido e houve aniincio de abertura de processos administrativos contra a empresa e ex-servidores. Duas semanas depois, Vissotto deixou a presidéncia. Na mesma ocasiao, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) determinou a suspensao de licitacao para aquisicao de aduelas (estruturas de concreto) para pontes, por suspeita de sobrepreco de R$ 62 milhdes, em processo que também esta no inquérito da policia.

0 contrato com a Prime teve valor total de quase R$ 28 milhdes para "manutencao e conservagao predial, de natureza preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e mao de obra, nas instalações da Goinfra". Foi assinado em junho de 2023, por R$ 22,3 milhdes, por adesao a ata - carona em licitacao feita por outro 6rgao - do Comando do Exército/ Ministério da Defesa. Em marco de 2024, houve um aditivo com acréscimo de itens e aumento do valor em mais R$ 5,58 milhdes.

Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 14,5 milhdes, mas executou servicos que somariam apenas R$ 4,06 milhoes, apontados em vistorias técnicas. As inspegoes apontam suspeitas de superfaturamento, pagamentos antecipados por servicos nao realizados e outras irregularidades na execução do contrato. Segundo o inquérito, em alguns casos, houve demolicao da unidade predial apenas para justificar a emissao de nota fiscal e os pagamentos.

A Deccor informou ainda que a Goinfra nao poderia ter feito adesao a ata do Exército por conta de um parecer da

Advocacia Geral da Uniao (AGU) contrario a contratacao por 6rgaos nao participantes da licitação, devido as especificidades do objeto licitatorio. Ainda de acordo com o inquérito, a Prime ampliou os servigos para além de manutencao, executando obras nas unidades e ganhando aditivo, o que também seria irregular.

Questionado sobre os nove meses de intervalo entre o inicio das investigacoes e a operacao desta terca-feira, o delegado responsavel pelo inquérito, Danilo Victor, afirmou que houve mais vistorias técnicas em servicos executados pela Prime e analise de provas para que, entao, fossem solicitadas as medidas cautelares. Segundo ele, ao todo foram analisadas 26 unidades prediais, sendo 14 postos policiais rodoviarios, 9 aerodromos, os 2 palacios e a sede da Goinfra.

A decisao judicial que autorizou as medidas cautelares cita vistorias em 22 prédios. Entre os casos com maior discrepancia de valores, estao os servicos de manutencao na propria sede da Goinfra, no Conjunto Caigara, em Goiania. Segundo o inquérito, a Prime recebeu R$ 3,38 milhdes por trabalhos no prédio do 6rgao, mas executou o equivalente a R$ 1,9 milhao.

Para manutencao no Palacio Pedro Ludovico Teixeira, sede administrativa do governo goiano, na Praca Civica, o inquérito aponta que a Prime emitiu nota uma semana depois da ordem de servico e recebeu pagamento duas semanas mais tarde no valor de quase todo o servico. Foi pago R$ 113 milhdo de total de R$ 1,42 milhao.

Ja na reforma de instalagoes do Comando de Policiamento Rodoviario da Policia Militar de Goias, em Goiania, foram apontadas falhas construtivas e pagamentos indevidos. A empresa recebeu R$ 1,8 milhdo, mas a vistoria apontou execucao equivalente a R$ 542,7 mil.

0 inquérito também indica que, no caso de servigos em postos policiais de Luziania e Sao Joao D'Alianca, a execugao do contrato foi nula, mas houve pagamentos.

A atual gestao da Goinfra, presidida por Pedro Sales, afirma que, com o rescisao do contrato e as inspecoes, os servigos foram paralisados, mas a intencao é retoma-los por meio de novas contratagoes.

Servidores

Dos seis servidores que foram exonerados no ano passado, apenas uma não foi alvo de pedido de prisão, mas de outras medidas cautelares: a ex-chefe de Gabinete da presidência da Goinfra Polyana Rosseti Oliveira Rosa. O marido dela também é investigado. Entre os demais, quatro foram presos e uma não foi localizada (veja quadro).

0 delegado não quis detalhar as provas contra cada ex-auxiliar da Goinfra, mas, ao ser questionado sobre o envolvimento do ex-presidente, disse que a investigacao aponta "pleno conhecimento do que estava acontecendo" e que é "estranho" que Vissotto tenha assinado a adesao a ata com parecer contrario da AGU.

No inquérito, o delegado aponta quatro ex-servidores como "principais envolvidos na execugao do contrato": Thiago Carim Bucker, Vitor Angrisani Berqud Ramalhao, Gabriel Tertuliano e Thayana Torres Avelar Nasser da Veiga. Ele cita que Bucker e Tertuliano, que são servidores de carreira de órgãos do governo federal e que atuaram no Dnit, "tiveram influéncia significativa no andamento do contrato com a Prime".

0 inquérito destaca que Vissotto também é servidor efetivo do Dnit. "As investigacoes revelaram que muitos desses agentes ja se conheciam do Dnit, o que pode ter facilitado a tramitagao e aprovacao de processos irregulares . Além disso, foram levantadas suspeitas sobre movimentagoes financeiras de alguns desses servidores, como aquisições de veiculos e outros bens de valores consideraveis logo apos os primeiros pagamentos a Prime, o que levanta a hipotese de enriquecimento ilicito", diz o documento, sem mais detalhes sobre a apuracao de bens.

Sobre os processos administrativos de responsabilizagao contra a Prime e por transgressoes disciplinares contra os ex-servidores anunciados no ano passado pela Goinfra, o 6rgao informou que o Parf ainda esta em andamento e que apenas um dos ex-diretores, Thiago Bucker, é alvo de procedimento de apuragao, que sera encaminhado, após conclusao, ao Ministério da Gestão e da Inovagao em Servigos Piblicos, em que ele é servidor efetivo.

0 Parf, instaurado em abril do ano passado, tinha prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual periodo.

Manifestações

Em nota, o governo de Goias afirmou que "tem como premissa tolerancia zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro pablico e que nao 'passa pano' para ninguém". Destacou que as suspeitas de irregularidades foram levantadas pela propria gestao "por meio de seus sistemas internos de controle e devidamente comunicadas as autoridades policiais para as providéncias necessarias", e que "seguira colaborando ativamente com as investigacoes, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor".

Responsavel pela defesa do empresario Marcus Emmanoel Chaves Vieira e da Prime Construgoes, o advogado Alexandre Lourenco disse que aguarda autorizagao para ter acesso pleno aos documentos da investigacao e que acredita no Poder Judiciario a fim de se garantir o direito a ampla defesa e ao contraditorio.

0 POPULAR nao conseguiu informagoes sobre a defesa dos outros presos. O processo que autorizou as medidas cautelares esta sob sigilo e não estao disponiveis os nomes dos advogados dos investigados.

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação que apura fraudes em contratos de R$ 28 milhões

Policiais da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) prenderam nesta terça-feira (28) o ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), Lucas Vissotto, durante a operação "Obra Simulada". A investigação apura crimes relacionados à formalização e execução de um contrato administrativo firmado entre a Goinfra e uma empresa privada do Distrito Federal entre 2023 e 2024.

A operação cumpriu 114 mandados judiciais, incluindo: 32 afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático; 26 bloqueios de bens e valores; 24 mandados de busca e apreensão; 15 prisões temporárias ; Além de mandados de proibição de contratar com o poder público e restrições de acesso a determinados lugares.

As ações ocorreram em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal.

Fraudes milionárias

O contrato investigado previa a reforma de 26 prédios públicos do Governo de Goiás, com um valor total de R$ 28 milhões. Relatórios técnicos e inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Polícia Civil revelaram pagamentos irregulares à empresa contratada. As irregularidades incluem: Pagamentos antecipados sem execução suficiente das obras ; Indícios de superfaturamento nas intervenções .

A polícia estima que os prejuízos ao erário já ultrapassam R$ 10 milhões. Além disso, o Estado ainda terá custos adicionais para reconstruir estruturas demolidas e não reerguidas.

Lavagem de dinheiro

A investigação também aponta evidências de lavagem de dinheiro. Valores pagos antecipadamente teriam sido transferidos para empresas de familiares e amigos do sócio da contratada no Distrito Federal, seguidos de saques em espécie.

Histórico de irregularidades

Lucas Vissotto já estava sob suspeita desde sua exoneração em abril de 2024, após o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificar indícios de superfaturamento de R$ 62 milhões em outra licitação, ligada ao programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes.

A Deccor segue investigando o caso, que já é considerado um dos maiores escândalos de corrupção na infraestrutura do estado.

Empresários, ex-presidente da Goinfra e quatro ex-agentes são presos em operação contra corrupção em contrato de R$ 27 milhões

De acordo com a Polícia Civil, estima-se que os pagamentos indevidos tenham causado um prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, segundo a PC. Ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto

Denise Xavier/Alego

A operação que investigou irregularidades em um contrato de R$ 27,8 milhões da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) para reformas de prédios públicos em Goiás prendeu oito pessoas nesta terça-feira (28). Estão entre os presos quatro ex-agentes e o ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, além de três empresários, segundo informações do delegado Danilo de Souza.

? Clique e siga o canal do g1 GO no WhatsApp

De acordo com a Polícia Civil, estima-se que os pagamentos indevidos tenham causado um prejuízo de R$ 10,4 milhões aos cofres públicos. Em nota, o Governo de Goiás reforçou que as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, conforme divulgado pela Polícia Civil. A atual gestão afirmou que não "passa pano" para ninguém e não há possibilidade de segunda chance - leia nota na íntegra ao final do texto.

LEIA TAMBÉM

ENTENDA: Operação cumpre mandados de prisão contra suspeitos de corrupção em contrato de R$ 27 milhões para reforma de prédios públicos em Goiás

Ex-presidente da Goinfra é preso em operação contra irregularidades em contrato de R$ 27 milhões para reforma de prédios públicos em Goiás

OUTRO CASO: PF investiga prefeito e servidores públicos suspeitos de desviar mais de R$ 120 milhões de Cidade Ocidental

Cumprimento de mandados

A operação cumpriu mandados em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal. Conforme a Polícia Civil, o contrato previa

serviços de reforma e manutenção em 26 prédios públicos, como postos da Polícia Rodoviária Militar Estadual e instalações no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

Durante a execução, o acordo foi modificado para obras de construção predial, conforme a Polícia Civil. A investigação aponta também que houve pagamentos antecipados indevidos, superfaturamento e demolições injustificadas para justificar notas fiscais fraudulentas.

Entre os investigados estão ex-membros da diretoria da Goinfra, gestores e fiscais do contrato, além de empresários. Veja os mandados cumpridos:

32 mandados de afastamento de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático;

26 mandados de bloqueio de bens e valores;

7 mandados de proibição de frequência a locais específicos, incluindo a sede da Goinfra;

10 mandados de proibição de contratar com o poder público, direcionados às empresas envolvidas;

24 mandados de busca e apreensão;

15 mandados de prisão temporária - desses, apenas 8 foram cumpridos até as 12h45 desta terça-feira (28).

Investigação

As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Os suspeitos podem responder por crimes como associação criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e fraudes.

Conforme a Polícia Civil, a Goinfra também tinha planejado um contrato no valor de R$ 271,8 milhões, que seria gerido pelos mesmos investigados envolvidos no caso atual. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou irregularidades e bloqueou o contrato em abril de 2024.

Neste contrato, a análise técnica realizada pelo TCE revelou a existência de um sobrepreço de R$ 62,5 milhões, ou seja, o valor contratado estava inflado sem justificativa adequada. Esse contrato agora também está sendo investigado como parte das apurações em andamento.

A investigação aponta a suspeita de que ocorria um esquema planejado dentro da Goinfra para transferir processos de contratação de uma diretoria para outra, de forma intencional e irregular, violando leis ou regulamentos.

O objetivo dessa manobra, conforme a Polícia Civil, seria favorecer determinadas empresas contratadas e os agentes públicos envolvidos. Essa prática pode ter permitido contratos ou pagamentos indevidos, beneficiando diretamente os suspeitos.

A investigação também apontou fortes indícios de lavagem de dinheiro. O dinheiro obtido por meio de pagamentos irregulares à empresa contratada estava sendo desviado para outras empresas no Distrito Federal, todas com vínculos com familiares e amigos do "sócio oculto" da contratada.

Conforme a Polícia Civil, a empresa contratada também já havia sido investigada em Tocantins, onde foi identificada fraude em contratos, como superfaturamento e inexecução de obras. Além disso, a empresa enfrenta processos no Distrito Federal relacionados a problemas comerciais e à "Desconsideração da Personalidade Jurídica", o que reforça sua inidoneidade para contratar com o poder público.

Nota do Governo de Goiás sobre a operação:

"Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28), o Governo de Goiás esclarece que:

Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

A atual gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer desvio de conduta no trato do dinheiro público. A gestão não 'passa pano' para ninguém e não há possibilidade de segunda chance.

O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor."

Alego cancela licitação de SUVs que foi questionada

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) decidiu, nesta segunda-feira (27), cancelar a licitação para comprar 42 SUVs , após a primeira versão do edital ser alvo de questionamento por possível desrespeito ao princípio da livre concorrência e por suposto direcionamento ao veículo de uma montadora específica. A Casa pretende publicar um novo edital com o texto revisado, mas ainda não há data marcada.

O cancelamento do primeiro edital ocorre seis dias após a sua divulgação. No pedido de impugnação, uma empresa que revende veículos questiona trechos do edital em que a Alego exige ser a primeira proprietária dos carros, que devem ser zero quilômetro. O argumento da empresa é que, desta forma, o edital exige implicitamente que os veículos sejam adquiridos por meio de fabricantes/montadoras, concessionária ou revendedor autorizado, deixando fora do processo de concorrência outras empresas que trabalham com revenda de veículos que ainda não foram usados.

A empresa também solicitou alteração em especificações, como uso exclusivo de diesel, capacidade mínima do tanque de combustível de 68 litros, cilindrada de 2.442 cm³ ou superior e comprimento de 4,7 metros ou superior. A justificativa foi que as exigências atuais poderiam direcionar a compra para modelo de SUV de uma montadora específica.

De acordo com o diretor de licitações da Assembleia, Rodrigo Gabriel Moisés, a decisão de cancelamento foi tomada para garantir a segurança jurídica do edital. O diretor explica que há divergência jurídica sobre a possibilidade de empresas que revendem diferentes marcas de veículos poderem participar de licitações como esta. Por isso, o tema será analisado.

No primeiro edital, a previsão era comprar os 42 veículos, com cinco revisões periódicas programadas e seguro por pelo menos 12 meses ao custo de R$ 17,2 milhões. Conforme revelado pelo Giro, a estimativa era que cada veículo custaria R$ 396,7 mil . Nos bastidores, a possibilidade da compra de SUVs era cogitada desde outubro do ano passado.

Histórico

Há um ano e oito meses, a Alego comprou 41 caminhonetes 4x4 para os gabinetes dos deputados. Cada veículo custou R$ 227 mil. O contrato total foi de R$ 9,3 milhões. Na época, a compra das caminhonetes substituiu contrato de R$ 4,63 milhões, que havia sido assinado em outubro de 2019, com vencimento em agosto de 2023. O presidente da Casa, Bruno Peixoto (UB), alegou que a troca promoveria economia à Alego.

Para justificar a compra das caminhonetes, a Casa apontou que há casos em que "a localidade remota a ser acessada

pelos servidores públicos e parlamentares inclui estradas sem pavimentação em áreas rurais com terrenos acidentados, cascalho e lama". O texto foi publicado em estudo técnico realizado para dar base à compra. Com a aquisição dos novos veículos, o objetivo da Alego é ceder as caminhonetes para serem usadas por municípios.

Peixoto continuou ampliando a frota própria da Alego ao longo de 2023. Em setembro daquele ano, uma nova licitação foi aberta para a compra de 60 sedãs, que custaram R$ 4,8 milhões. O POPULAR mostrou que, no mês seguinte, a Casa publicou aditivo para 15 novos sedãs, ao custo R$ 1,2 milhão, no limite legal de 25% de acréscimo ao contrato. Em dezembro do mesmo ano foi feito aditivo no contrato das caminhonetes, com mais seis veículos, totalizando R$ 1,3 milhão.

Além disso, em fevereiro de 2024, a Alego recebeu autorização da Justiça para utilizar um avião Baron 95-B55, apreendido em operação da Polícia Federal contra o tráfico de drogas. O POPULAR também revelou que o avião ficaria à disposição dos deputados, com prioridade para o presidente. A estimativa era de despesa de R$ 400 mil a R$ 500 mil por ano, com seguro, manutenção e combustível, com voos de até 150 horas.

Reação

Em nota, a Alego argumentou que a compra das SUVs tem o objetivo de atender o Legislativo, ficando à disposição dos gabinetes para viagens com as equipes de assessores, "que terão maior segurança e agilidade no desempenho das atividades no interior do Estado". A Assembleia reiterou que o edital será publicado novamente em nova data, para atender "solicitação de um dos participantes", "ampliar a concorrência" e "permitir a participação de mais empresas".

Quanto às caminhonetes adquiridas em 2023, a Alego informou que será formalizado um ajuste com municípios que comprovem "carência e necessidade", para permitir que esses veículos sejam usados em áreas essenciais, como saúde e educação. A Casa afirmou que aguarda pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) sobre o tema.

Operação da Polícia Civil prende ex-presidente da Goinfra por corrupção

Policiais da Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) prenderam nesta terça-feira (28/1) o ex-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) Lucas Vissotto no bojo da operação "Obra Simulada". Ela é resultado do inquérito que apura diversos crimes que teriam sido praticados na formalização e execução de um contrato administrativo celebrado entre a Goinfra e uma empresa privada sediada no Distrito Federal, nos anos de 2023 e 2024. Até agora, oito pessoas foram presas. A Deccor cumpre ao todo 114 mandados judiciais sendo eles 32 de afastamentos de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático; 26 mandados de bloqueios de bens e valores; sete mandados de proibição de frequência a determinados lugares; 10 mandados de proibição de contratar com o poder público (de empresas envolvidas); 24 mandados de busca e apreensão e 15 mandados de prisão temporária em Goiânia, Anápolis e no Distrito Federal. O contrato envolvia a reforma de 26 prédios públicos do Governo de Goiás, com valor de R$ 28 milhões. As irregularidades chegaram ao conhecimento das autoridades policiais por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Gerência de Inspeções da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pela Controladoria Geral do Estado (CGE) e pela Gerência Estratégica da Polícia Civil na Seinfra. Os policiais perceberam que a empresa contratada teria obtido diversos pagamentos irregulares antecipados, sem que as obras ou serviços fossem suficientemente realizados para justificar os pagamentos, além de terem fortes indícios de superfaturamento nas intervenções. Segundo a polícia, os prejuízos iniciais ao erário público são superiores a R$ 10 milhões, sem contar o dispêndio que o Estado ainda terá para reconstruir as estruturas que foram demolidas, mas não reerguidas pela empresa contratada. A polícia também teria encontrado evidências de lavagem de dinheiro devido ao fato que os valores pagos antecipadamente teriam sido transferidos para outras empresas no DF ligadas a familiares e amigos do sócio da empresa contratada, além de saques em dinheiro realizados logo após as transferências. Lucas Vissotto foi exonerado em abril de 2024 após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) detectar irregularidades que apontavam para um suposto superfaturamento de R$ 62 milhões em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes.

Nota da Goinfra:

NOTA À IMPRENSA

Em relação à Operação Obra Simulada, deflagrada pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) nesta terça-feira (28/1), o Governo de Goiás esclarece que:

? Conforme divulgado pela PCGO, as suspeitas de irregularidades foram levantadas pelo próprio Governo de Goiás, por meio de seus sistemas internos de controle, e devidamente comunicadas às autoridades policiais para as providências necessárias.

? A gestão estadual tem como premissa tolerância zero com qualquer eventual desvio de conduta no trato do dinheiro público.

? O Governo de Goiás colaborou e seguirá colaborando ativamente com as investigações, de forma que os fatos sejam devidamente apurados e, uma vez comprovadas as irregularidades, todos os envolvidos sejam punidos com rigor.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra) ? Governo de Goiás

Esquema de corrupção em contratos de R$ 28 milhões leva à prisão de ex

Da Redação

Uma ação da Polícia Civil resultou na prisão do ex-presidente da Goinfra, Lucas Vissotto, acusado de envolvimento em um esquema de corrupção. A operação, batizada de "Obra Simulada", foi deflagrada nesta terça-feira (28/1) e investiga uma suposta fraude de R$ 28 milhões relacionada a um contrato entre a agência goiana e uma empresa privada do Distrito Federal, nos anos de 2023 e 2024.

Até o momento, oito pessoas foram detidas, e a Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) está cumprindo 114 mandados judiciais, incluindo bloqueios de bens, afastamentos de sigilos e prisões temporárias em Goiânia, Anápolis e no DF. O contrato em questão previa a reforma de 26 prédios públicos do governo de Goiás, mas investigações revelaram pagamentos antecipados sem a execução adequada das obras, além de indícios de superfaturamento.

As irregularidades foram identificadas por meio de relatórios técnicos e inspeções realizadas pela Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), Controladoria Geral do Estado (CGE) e Polícia Civil. Segundo as autoridades, os prejuízos ao erário público já ultrapassam R$ 10 milhões, sem contar os custos adicionais para reconstruir estruturas que foram demolidas, mas não reconstruídas.

A investigação também aponta para indícios de lavagem de dinheiro, com valores transferidos para empresas ligadas a familiares e amigos do sócio da empresa contratada, além de saques em espécie realizados logo após as transferências.

Lucas Vissotto havia sido exonerado em abril de 2024 após o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) identificar um suposto superfaturamento de R$ 62 milhões em uma licitação do programa Goiás em Movimento ? Eixo Pontes. A defesa de Vissotto não foi localizada para comentários.

O governo de Goiás emitiu uma nota afirmando que as suspeitas foram detectadas por seus próprios sistemas de controle e que a gestão adota "tolerância zero" à corrupção. A administração estadual destacou ainda que colabora ativamente com as investigações para garantir a punição de todos os envolvidos.